

Freitas Nobre



As chaves do reino

O conjunto arquitetônico do Congresso, em Brasília, guarda detalhes, quase segredos, que poderiam servir como estrutura para romances, contos ou novelas, com seus corredores, portões e escaninhos.

Vale a pena, um dia, percorrer esses estranhos recantos do Congresso e desvendar-lhe as entradas, saídas e passagens, por onde circulam, muitas vezes, autoridades que precisaram evitar o encontro das multidões que em dias especiais lotaram as dependências principais do Legislativo.

Recorda-se de presidentes estrangeiros e ditadores sul-americanos esgueirando-se pelas entradas super-reservadas e corredores mais ou menos secretos do Congresso. E mesmo algumas autoridades, presidentes, ministros, embaixadores, que mandavam encostar o carro em uma ala dos senadores, perto da rampa dos cisnes e penetravam no Congresso sem que fossem percebidos. E saíam ainda mais despercebidos do que quando entravam.

O Poder das Chaves

Sobre alguns desses pequenos e grandes segredos do Congresso, vamos tratar, um dia.

Hoje, porém, vamos cuidar de um que parece muito pequeno, mas que vai ter uma utilização importantíssima nos trabalhos da Constituinte.

Trata-se das chaves de controle do som na mesa do plenário da Câmara dos Deputados e que será a mesma para a direção dos trabalhos da Constituinte.

Os que acompanharam a instalação da Constituinte nos dias 1 e 2 do corrente, sob a presidência do ministro Moreira Alves, presidente do Supremo Tribunal Federal, tiveram oportunidade de observar que as tentativas de intervenção dos deputados José Genoíno e Aldo Arantes não foram transmitidas por qualquer emissora de rádio ou televisão. Nem mesmo para os alto-falantes espalhados pelo edifício do Congresso ou para a parte externa, os jardins, onde se encontravam os telões para a assistência popular.

Por que essas intervenções feitas no plenário da Câmara, no microfone próprio instalado no recinto dos trabalhos, não foram ouvidas, mesmo pelos senadores e deputados presentes?

É que, enrustido na mesa, onde se encontravam o presidente Sarney, o ministro Moreira Alves, o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara, e o senador Humberto Lucena, presidente do Senado e do Congresso, existe um conjunto de chaves que controlam a emissão da palavra de quem preside os trabalhos, que libera o som do microfone da tribuna da direita, da tribuna da esquerda, do microfone dos apartes colocados na primeira

fila de cadeiras à direita e na primeira fila de cadeiras à esquerda. Mas, há mais: há a chave geral que tudo liga ou tudo desliga, ou que permite as liberações setoriais de som. E tem mais: a chave da campainha com o controle de intensidade da mesma, baixa, média, alta... conforme o discurso e o autor.

Assim, quando o presidente, por exemplo, dá a palavra a um orador, liga a chave que libera a transmissão. A seguir, desliga a chave de uso da presidência, enquanto o orador é ouvido em todos os recantos do Congresso (no Senado, inclusive, se for acionada a chave destinada às sessões da Câmara, como ocorre com a Câmara em relação às sessões do Senado). Com sua chave desligada, o presidente pode conversar na mesa com assessores ou com parlamentares que, de pé ou sentados ao seu lado, procuram uma informação, um esclarecimento, ou mesmo para um bate-papo informal, especialmente quando o orador é daqueles que conseguem falar sem despertar qualquer interesse, ou quando têm uma respeitável capacidade sonórfica.

O ministro Moreira Alves, que não conhecia o teclado das chaves, foi orientado pelo assessor-mor da Câmara, o dr. Paulo Afonso, que entrou no Legislativo Federal quando ainda no Rio de Janeiro, como datilógrafo, aposentando-se no posto mais alto do funcionalismo. Recontratado, é o mais completo conhecedor dos regimentos e dos mínimos detalhes da Casa, para não falar do conjunto de chaves escondidas na mesa do presidente e de outros veneráveis segredos do Legislativo.

Os Oradores Inoportunos

Na época da ditadura, esse conjunto de chaves de mesa funcionou admiravelmente e os que presidiram os trabalhos da Câmara e do Congresso que se reúnem no mesmo plenário, se tornaram exímios manejadores do seu complicado sistema de controle sonoro.

É claro que, inadvertidamente, algumas vezes, o presidente dos trabalhos esquecia de desligar uma determinada chave ou de ligar inadvertidamente uma outra em ocasião imprópria.

Não foram poucas as vezes que as conversas da Mesa foram transmitidas para toda a Câmara, quando o presidente dos trabalhos julgava a chave desligada. Outras vezes, só depois de verificar que não havia acionado a chave, é que o presidente, dando-se conta do esquecimento, ligava o serviço de som, tendo que repetir o que havia dito sem ser ouvido.

Os próprios deputados, vez por outra, ao discursar ou apartear, esqueciam que o som alcançava todo o conjunto do Congresso e esqueciam que não estavam falando apenas para os seus pares.

Numa dessas ocasiões, um deputado de São Paulo prestava homenagem a José de Anchieta, lendo um trecho de seu discurso em que constava a palavra *ermida*. Mas o deputado leu conforme o original: "... a *ermida* de Anchieta" etc. O colega disse-lhe ao ouvido: "É *ermida* e não *ermida*. Corrija rápido". O orador não se fez de rogado: "Mas que datilógrafa f. da p...! Pôs acento onde não devia". É claro que ao sair do plenário, depois do discurso, na porta, a datilógrafa estava comunicando que não trabalhava mais para o parlamentar.

Noutra ocasião, uma parlamentar que tinha seu marido pleiteando uma candidatu-

ra a governo do Estado, fez nada menos que três discursos ouvidos com hilariedade pela Casa inteira, pois o presidente deixara o som ligado em todos os recintos do Congresso. O primeiro discurso era sobre o símbolo da campanha do marido à governança: "O pau e o pires". O segundo, "reagindo à malícia de certa imprensa", conforme a própria parlamentar esclareceu. Mas o novo discurso tinha um título ainda mais grotesco.

O presidente, prevenido, indagou:

— Deputado, qual o assunto do seu discurso? E ela respondeu: "O cacete e o pires"...

O terceiro foi para justificar os dois anteriores, explicar que o cacete era para agredir os corruptos e o pires para recolher as esmolas de que necessita o Estado". E aí não poupou críticas à imprensa que sempre tem costas largas quando divulga curiosidades (sic!) como estas. A parlamentar reclamava, ainda, que os seus discursos haviam sido publicados com ilustrações que não lhe teriam agradado e, provavelmente, também não tivessem agradado o marido-candidato. E nem se fala dos eleitores, dos cabos eleitorais, dos correligionários que deveriam portar o símbolo da campanha em seus estandartes, faixas e camisas de propaganda política.

Os Recursos da Chave

Mas os recursos desse conjunto de chaves não são utilizados pelo presidente Ulysses Guimarães que é também o presidente da Constituinte. Por certo, já estarão os dedos do deputado condicionados a ligar e desligar todos esses dispositivos com a maestria de um especialista.

Quando o deputado usa a tribuna, ultrapassando o prazo regimental, o presidente o adverte e, se não é atendido, seu microfone é desligado e ele é forçado a concluir o discurso, porque sequer o serviço taquigráfico o registra.

Nos tumultos, o presidente desliga os dois microfones de plenário, o que não impede, como já ocorreu, que o parlamentar use a haste de aço para ameaçar companheiros.

No Senado, cada parlamentar tem seu próprio microfone na mesa individual, o que torna diferente essa participação.

Como a Constituinte, no entanto, vai funcionar no plenário da Câmara, o serviço de som estará sob controle de sua Mesa que exerce um poder de polícia, para não dizer em certas ocasiões, até mesmo um poder de censura.

Aliás, nem sempre são justos os critérios da Mesa, pois ora é liberal com um deputado que lhe agrada, ora é rígida demais com o parlamentar para o qual não tem qualquer simpatia.

Certos deputados ultrapassam o tempo regimental sem serem molestados, ou suavemente advertidos pela campainha elétrica. Outros, propiciam um escândalo de sirene intermitente quando desobedecem o Regimento

O "Ponto" da Mesa

Como num teatro, o assessor da Mesa passa para ao presidente, em cada fase do processo da sessão, por escrito, em geral à mão, as palavras que o presidente deve pronunciar. Até mesmo a abertura e o encerramento, constantes de um cartão datilografado, são

passados ao presidente. As questões de ordem são respondidas, em geral, com base em artigos da Constituição ou do Regimento, assinados pelo assessor, ou, quando há tempo, até mesmo redigidos por ele. Na Câmara, está Paulo Afonso e seu substituto Clodoaldo. No Senado, Nerione ou d. Sara, esta sempre chamada nas horas complicadas. Vale lembrar dois fatos elucidativos desse comportamento e que podem perfeitamente ocorrer no curso dos trabalhos constituintes, evidentemente, com outras conotações, em razão dos novos tempos.

Num momento de perseguições, torturas, assassinatos na década de 70, um grupo de deputados reuniu-se conosco para encontrar uma fórmula de fazer repercutir esses atentados e forçar o governo a parar com a violência. Seria necessário criar um fato novo capaz de se tornar notícia internacional, ainda que a Câmara não o divulgasse.

Mobilizamos a imprensa internacional e fomos para a tribuna com um lenço embebido em álcool envolvendo o pescoço e um discurso gravado para denunciar a violência contra os presos políticos. Penduramos o pequeno gravador no microfone de uma das tribunas principais. Acionamos o botão e a gravação começou: "Sr. Presidente, srs. Deputados. Venho denunciar a tortura e o assassinato...". O presidente acionou as campainhas (há mais uma chave para as campainhas, com 3 ou 4 intensidades de sons), advertindo: "O deputado não pode usar gravador". E o como indagássemos em que dispositivo regimental o presidente nos cassava a palavra, ele, depois de folhear inutilmente o Regimento, e de ouvir o assessor, foi peremptório: "Não pode, porque gravador não responde a aparte..."

Fora o suficiente. O acontecimento insólito de um gravador transmitindo uma denúncia e um deputado fingendo-se gripado e afônico, saiu nas grandes capitais do mundo e a reação mundial levou a ditadura a soltar muitos presos e amenizar seu comportamento nos presídios políticos.

Esse poder das chaves, na Constituinte, com novos e fogosos parlamentares, sem dúvida, vai-se fazer sentir, e é necessário que ninguém esqueça que o próprio dicionarista inclui a *chave* como "um lugar que pela sua posição pode ser ponto estratégico contra inimigos"...

Poucos sabem que Ulysses Guimarães foi aluno de piano no velho Conservatório Musical da avenida São João, onde, na época, havia mais música que crime. E teve, ali, como professor, o extraordinário Mário de Andrade.

Embora e felizmente, não seja um pianista de plenário, vai manejar e bem, nas sessões da Constituinte, o jogo de sons que as chaves do Reino lhe propiciarão.

Já tem prática, com reflexos condicionados, graças às presidências anteriores, mãos compridas e dedos longos como convém para esse exercício.

E outro aviso para os oradores incautos: também foi professor de latim quando acadêmico de Direito (contemporâneo de Montoro e Jânio, entre outros). E, de certo, não estará disposto a perder seu latim na Constituinte, até porque tem campanhas estridentes e chaves de sobra para manobrar, valorizando têses ou reduzindo discursos anti-regimentais às simples monólogos sem som...